

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Federação balança...

Se depender de parte das tendências do PT, a união com o PV e o PCdoB está com os dias contados. Não foram poucos os grupamentos que se posicionaram contra a continuidade do casamento eleitoral em 2026.

## ... mas não cai

O documento que pregava o fim da federação foi derrotado na reunião da semana passada, graças ao antigo CNB (Construindo um Novo Brasil) e à Resistência Socialista, que formaram maioria. O assunto, porém, promete voltar à cena no encontro do ano que vem.

## Tributária & governo

Até esta semana, os congressistas tratavam a reforma tributária como um projeto do Parlamento, deixando ao governo o papel de coadjuvante. Depois que os próprio senadores boicotaram a discussão na Comissão de Constituição e Justiça, tem muita gente dizendo que, se essa birra permanecer, será sinal de que os parlamentares desistiram de apadrinhar essa reforma e estão mais dispostos a jogá-la no cesto de mais uma proposta do governo bloqueada por causa do toma lá, dá cá das emendas.

## Segurança é tudo

No PL, ninguém tem dúvidas: Se o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Rep), vencer o desgaste da segurança, estará na posição de número um para uma campanha presidencial em 2026. Falta combinar com o ex-presidente Jair Bolsonaro, que se coloca como o plano A, B e C.

# Edinho abre caminhos

Aos poucos, o prefeito de Araraquara (SP), Edinho Silva, vai se consolidando como pré-candidato à presidência do PT. Nestes últimos dias de seminário e reunião do partido em Brasília, muitos viram uma mudança na forma de o ex-ministro de Comunicação do governo Dilma se apresentar. Ele deixou a roupagem de oposição à Gleisi Hoffmann. Além disso, a retomada da iniciativa de Lula dentro do partido tem ajudado, segundo relatos. A preços de hoje, Edinho Silva tem a preferência.

» » »

Com Edinho Silva bem colocado na conjuntura atual, o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (CE), fica mais solto para cuidar de uma pré-campanha ao Senado. Sinal de que não é apenas o bolsonarismo que está de olho nas vagas para mandatos que dão aos eleitos a prerrogativa de decidir sobre ministros do Supremo Tribunal Federal.



## CURTIDAS

**Guarda provisória/** A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2613/24, do deputado Auro Ribeiro (Solidariedade/RJ), que estabelece essa concessão. O projeto é um marco no enfrentamento à violência familiar, garantindo proteção imediata às mulheres e seus filhos em situação de risco. "Até que uma decisão final seja tomada pela Justiça, a criança terá custódia e direitos de cuidado", comentou o deputado.

**Corre aí/** A bancada feminina vai se mobilizar para tentar agilizar a votação do PL da guarda provisória no Senado. Dada a importância do tema, haverá todo um esforço para votar nestas duas semanas que restam do período legislativo de 2024.

**#ficaadica/** Ao encerrar a sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado depois de 11 minutos esperando quorum regimental, o senador Marcos Rogério (RO) deixa o seguinte recado aos interessados: Quem quiser aprovar qualquer coisa, que coloque número no plenário na hora marcada para começar a sessão.



Antonio Cruz/Agência Brasil

**Os aprendizados de Gerdau /** O empresário Jorge Gerdau Johannpeter (foto) está em Brasília nesta terça-feira. Vem lançar seu livro *A Busca: Os aprendizados de uma jornada de inquietações e realizações*. Aos 88 anos, Gerdau abre sua vida numa obra indispensável para quem deseja conhecer o segredo do sucesso. A sessão de autógrafos será no salão de eventos da sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no Setor Bancário Norte, edifício Roberto Simonsen, às 18h.

## PODER JUDICIÁRIO

# Prisão para Roberto Jefferson

Alexandre de Moraes propõe pena de 9 anos de cadeia para o político que atirou em agentes da PF. PGR quer indenização de R\$ 200 mil

» RENATO SOUZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou ontem para que o ex-deputado Roberto Jefferson seja condenado a nove anos, um mês e cinco dias de prisão. O ex-parlamentar foi denunciado por atentado ao exercício dos Poderes, calúnia, homofobia e incitação ao crime.

O político deu entrevistas que de acordo com Moraes incentivaram ataques às instituições. Além disso, atacou policiais que foram até a casa dele, no Rio de Janeiro, para cumprir um mandado de prisão. Ele atirou contra policiais federais e jogou granadas contra a guarnição.

Alexandre de Moraes afirmou que os atos são gravíssimos e têm ligação com os atentados de 8 de janeiro, realizados em Brasília. "O réu, ao se valer da internet para a prática dos crimes, além de conferir um alcance praticamente imensurável aos vídeos criminosos por ele publicados, também se aproveita para divulgar posicionamentos criminosos e beligerantes, causando significativos distúrbios e reiterados ataques, por parte de seu público, às instituições democráticas, ao Poder Legislativo, ao Supremo Tribunal Federal, ao Tribunal Superior Eleitoral e à comunidade LGBTQIAP+", escreveu o magistrado em seu voto.

## Plenário virtual

O julgamento ocorre até a próxima sexta-feira, no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal. A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou favoravelmente à prisão e à reparação por danos públicos. A

Procuradoria pede indenização de R\$ 200 mil a título de danos morais coletivos.

Roberto Jefferson foi preso na véspera do segundo turno das eleições de 2022, após atacar com tiros uma guarnição da PF que foi à casa dele, no município de Comendador Levy Gasparian (RJ), para cumprir um mandado de prisão contra o ex-parlamentar. Ele também lançou uma granada na direção dos agentes federais, que não usavam coletes à prova de balas. Dois policiais foram atingidos por estilhaços e tiveram ferimentos leves.

Na denúncia apresentada à Justiça, o Ministério Público afirmou que Jefferson disparou 60 tiros de carabina na direção dos policiais, mas acabou alvejando, também, uma casa vizinha, onde estavam 16 crianças e quatro adultos. Uma das crianças teve uma fissura na costela ao tentar se proteger dos disparos. Para o órgão, não houve mortes por "circunstâncias alheias à vontade" de Jefferson. Na residência dele, foram encontradas mais de 10 armas e muita munição.

## "Denúncia inepta"

No processo, a defesa de Jefferson alegou que a denúncia é inepta e deve ser rejeitada pelos magistrados. "No caso concreto, a denúncia se revela flagrantemente inepta em relação a todas as imputações, por não expor os fatos com todas as suas circunstâncias, por tecer flagrante equívoco entre a conduta típica do crime de incitação e a imputação do crime supostamente incitado. E, ainda, não descreve a adequação típica da conduta, incorrendo em flagrante presunção para subsidiar a sua conclusão", destaca o texto.

Reprodução/Redes Sociais



O ex-deputado Roberto Jefferson, em um de seus vídeos em que faz apologia à violência e ataca o STF



O réu, ao se valer da internet para a prática dos crimes, além de conferir um alcance praticamente imensurável aos vídeos criminosos por ele publicados, também se aproveita para divulgar posicionamentos criminosos e beligerantes"

Alexandre de Moraes,  
ministro do STF

# Eleições: dados além das estatísticas

» CAMILA CURADO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou, ontem, o relatório de avaliação das eleições de 2024, que reúne estatísticas e análises de dados, a partir de respostas de questionários coletadas dos tribunais regionais eleitorais (TREs) de 26 das 27 unidades federativas — a exceção é o DF, que não tem eleição para prefeitos e vereadores.

A presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, destacou que, pela primeira vez, o relatório foi além das estatísticas, incluindo resultados de análises e de reuniões das justas estaduais. "Isso é importante porque poderia parecer um relatório só estatístico, e não é."

Em uma comparação entre o novo modelo apresentado com as edições anteriores, Cármen

Lúcia afirmou que, sem as análises acrescentadas neste ano, com a ponderação de pontos positivos e negativos, o que se tinha eram "dados estatísticos soltos". "Sem o cotejo com todos os dados e (sem) o contexto no qual aconteceu, e com todos dados do Brasil inteiro, significa quase um palpite dado", comentou a ministra.

Em 2024, 122 milhões de pessoas foram às urnas nos 5,5 mil municípios do país. Mais de 1,8 milhão de jovens de 16 e 17 anos tiraram o título de eleitor, número 78% maior que em 2020. Os eleitores facultativos, com mais de 70 anos, somaram 15 milhões.

Neste ano, a biometria chegou a 129 milhões de pessoas, o equivalente a 81,7% dos eleitores. A presidente do TSE anunciou que a meta é chegar a 100% no próximo pleito, em 2026.

Outro objetivo é diminuir o número de abstenções. Segundo ela, esses dados ainda não são claros no relatório e precisam de ter uma curadoria mais apurada. Atualmente, a abstenção de eleitores obrigatórios (maiores de 18 anos) e facultativos (mais de 70 anos, com idade entre 16 e 18 anos e analfabetos) é contabilizada na estatística, mas apenas o voto obrigatório deveria ser considerado.

Das adversidades superadas, de acordo com Cármen Lúcia, estavam listadas as condições meteorológicas — algumas regiões enfrentaram seca extrema, enquanto outras sofreram com tempestades —, e as notícias falsas. A acessibilidade, considerada prioridade pela ministra, "seja por locomoção, seja por acesso às urnas", ainda deve ser

aprimorada. "Alguns municípios ofereceram transportes especiais, com horário marcado para conduzir as pessoas até o local (de votação) e retornar", contou. Mas esse recurso ainda não se tornou regra.

As mulheres continuam sendo a maioria do eleitorado, mas minoria na política, com apenas 34% das candidaturas. Delas, 1.802 foram eleitas prefeita ou vice, e mais de 10 mil, vereadoras. Cármen Lúcia lembrou que a violência política contra a mulher é muito maior do que a praticada contra homens: "O discurso de ódio é um, o discurso de 'odia, como eu costumava dizer, contra as mulheres, é de outra natureza'. Ela garantiu que vai trabalhar para diminuir esse tipo de crime "de maneira a não desanimar mulheres que queiram concorrer".